

A forma adequada

A pesar do grande número de alunos que faltaram ao primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — cerca de 40% — o Ministério da Educação deve persistir na instituição desta forma de aferir o desempenho dos alunos do Segundo Grau. Não por ser simplesmente uma boa alternativa ao vestibular, mas sim por ser a única forma adequada de avaliação para ingresso na universidade.

O vestibular deve ser entendido como a ferramenta mais ou menos improvisada que se encontrou para fazer uma seleção, em face do número de candidatos muito superior ao de vagas nas universidades. É apenas de se lamentar que ele tenha se tornado permanente — uma improvisação que já dura quase cem anos — e criado de turpações como os cursos voltados exclusivamente para a aprovação nesse exame, além de toda uma mentalidade referente ao que “cai no vestibular”. Em muitas escolas do Segundo Grau podem ser percebidos os sintomas dessa mentalidade, a visão falsamente prática que tira boa parte do sentido da educação e do valor da cultura.

Com o Enem, este ano ainda limitado a português e matemática, cria-se a possibilidade de que o ingresso na universidade seja determinado não pela aprovação num único conjunto

de provas — por mais bem elaborado que seja, necessariamente limitado, e que por isso dificilmente fornecerá uma avaliação correta do grau de conhecimento de cada candidato — mas por todo o desempenho do aluno, periodicamente aferido, no ensino médio, por meio de sucessivos exames. Essa avaliação quase permanente é ainda uma forma de evitar o papel excessivo desempenhado pelo fator emocional no momento do exame. Como acontece de modo geral nos países desenvolvidos, ao terminar o Segundo Grau, livre da perspectiva assustadora de fazer um exame que praticamente decidirá a sua vida, o aluno terá quase automaticamente um caminho aberto à sua frente.

Além disso, a avaliação de desempenho será uma ajuda também àqueles que não chegarem a ingressar na universidade — pois é irrealista supor que, em algum momento do futuro previsível, teremos o ensino superior para todos. Longe disto, a tendência é inversa, pois o número de alunos que terminam o Segundo Grau é crescente e muito superior ao de vagas nas universidades. Os que ingressarem no mercado de trabalho antes de chegar ao ensino superior, por necessidade ou por escolha própria, terão a apresentar como qualificação o desempenho que tiver sido aferido pelos sucessivos exames.

OUTRA OPINIÃO

Mais exclusão

JOSÉ CARLOS MADUREIRA

Fica evidente que a espinha dorsal do projeto educacional do Governo passa pela avaliação das instituições de primeiro, segundo e terceiro graus, respectivamente Saeb, Enem e Provão.

Até hoje, os resultados obtidos através dessas iniciativas foram frustrantes para seus idealizadores. O Provão revelou que as universidades públicas, mesmo com todas as dificuldades, mantêm sua qualidade e que as universidades particulares montaram um esquema de preparação, cursinhos pré-Provão, para ficar bem no ranking e manter seus registros. O Saeb — que vergonha! — revelou que nos estados do Nordeste a educação é só um discurso solto no ar, que no primeiro vendaval perde-se na preservação dos aliados. E que, diante do resultado negativo deste programa, a divulgação do resultado não será feita, por enquanto, para não causar prejuízos à campanha eleitoral governista. No Enem, do total de inscritos, somente 10% compareceram para fazer as provas, isso sem contar que o Estado do Rio tirou dos cofres públicos o dinheiro da inscrição dos alunos.

Levando em consideração que a proposta é mudar o acesso ao ensino de terceiro grau — substituir o atual exame de vestibular pela análise curricular junto com o exame de final de

curso — o resultado foi frustrante para seus mentores. A baixa participação dos alunos demonstra, no mínimo, uma falta de credibilidade na proposta.

A uniformização das provas, para um país de dimensões continentais onde as diferenças regionais são fortes, histórica e culturalmente, e se refletem no ensino dessas regiões, é, no mínimo, uma piada.

Uma única prova no final do curso não tem possibilidade de aferir o grau de conhecimento adquirido ao longo dos anos, o que na prática desconsidera todo o período letivo do aluno. Quando entrar à análise curricular, ficarão expostas não só as diferenças regionais, mas as diferenças entre o ensino particular e o público. A inversão no sistema educacional brasileiro nas últimas décadas teve como consequência a elitização do ensino. Hoje, têm acesso às universidades públicas os alunos que no segundo grau tiveram a possibilidade de estudar em escolas particulares (ou em raras, ainda, excelentes escolas públicas).

Neste quadro, a proposta apresentada pelo Governo de acesso ao terceiro grau através de análise curricular combinada ao exame de final de curso só aumentaria a exclusão dos jovens ao ensino superior.

JOSÉ CARLOS MADUREIRA é membro do Conselho Universitário da UFRJ.